



Conjunto Habitacional Cafundá: habitação e escalas de sociabilização na formação do espaço urbano

Conjunto Habitacional Cafundá: vivienda y escalas de sociabilidad en la formación del espacio urbano

Simpósio E2_04 - Las áreas comunes de los conjuntos habitacionales modernos: cambios y permanencias en el siglo XXI

André Luis Balsante Caram

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo, Brasil
caram@usp.br

Resumo: O projeto para a construção do Conjunto Habitacional Cafundá, no bairro Taquara, região de Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro, desenvolvido por Sérgio Ferraz Magalhães e equipe, foi resultado de um concurso privado de ideias bem-sucedido, promovido pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1977. Construído entre 1980 e 1982, com 1.443 unidades habitacionais, e premiado em 1987 pelo IAB, o conjunto representa um dos últimos empreendimentos de grande porte financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre as áreas comuns dos conjuntos habitacionais modernos, a partir do projeto do Conjunto Habitacional Cafundá, uma obra de exceção que segue influências da arquitetura moderna brasileira e das experiências do grupo Team X. O projeto se contrapõe às soluções convencionais adotadas no mesmo período pelos projetos produzidos via BNH, principalmente em razão das estratégias projetuais de arquitetura e de implantação, que, em seu planejamento, consideraram a inserção de áreas comunitárias como creches, escolas, serviços de saúde, esporte e lazer, visando constituir um espaço habitacional que privilegiasse as relações e trocas sociais em diferentes escalas e espaços. A partir da revisão bibliográfica, pretende-se destacar que o projeto foi além do simples atendimento à demanda habitacional, pois se dedicou à pesquisa sobre a relação entre a habitação e a formação do espaço urbano.

Palavras-chave: Conjunto Habitacional Cafundá, Espaços Comunitários, Escalas de Sociabilização, Arquitetura Moderna, Concurso de Projetos.

Resumen: *El proyecto para la construcción del Conjunto Habitacional Cafundá, en el bairro Taquara, en la región de Jacarepaguá, ciudad de Río de Janeiro, desarrollado por Sérgio Ferraz Magalhães y equipo, fue resultado de un exitoso concurso privado de ideas, promovido por el Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), en alianza con el Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), en 1977. Construido entre 1980 y 1982, con 1.443 unidades de vivienda, y premiado en 1987 por el IAB, el conjunto representa uno de los últimos emprendimientos de gran escala financiados por el Banco Nacional da Habitação (BNH). Este trabajo tiene como objetivo contribuir a la discusión sobre las áreas comunes de los conjuntos habitacionales modernos, a partir del proyecto del Conjunto Habitacional Cafundá, una obra de excepción que sigue influencias de la arquitectura moderna brasileña y de las experiencias del grupo Team X. El proyecto se contrapuso a las soluciones convencionales adoptadas en el mismo periodo por los proyectos producidos vía BNH, principalmente debido a las estrategias proyectuales de arquitectura y de implantación que, en su planificación, consideraron la inserción de áreas comunitarias como jardines de infantes, escuelas, servicios de salud, deporte y recreación, buscando constituir un espacio habitacional que privilegiara las relaciones y los intercambios sociales en diferentes escalas y espacios. A partir de la revisión bibliográfica, se pretende destacar que el proyecto fue más allá de la simple atención a la demanda de vivienda, ya que se dedicó a la investigación sobre la relación entre la vivienda y la formación del espacio urbano.*

Palabras-clave: *Conjunto Habitacional Cafundá, Espacios Comunitarios, Escalas de Sociabilización, Arquitectura Moderna, Concurso de Proyectos.*

Introdução

Em meados do século XX, no Brasil, produziram-se importantes conjuntos habitacionais que se tornaram marcos da história da arquitetura moderna e do urbanismo, principalmente as obras desenvolvidas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e pelo Departamento de Habitação Popular (DHP), que foram a resposta do Estado para os problemas e as demandas habitacionais da época. Essas obras trouxeram experimentações arquitetônicas e urbanísticas para a habitação e para o espaço urbano. As mais relevantes foram além do programa habitacional, pois agregaram diferentes funções coletivas e assistenciais, como escolas e creches, postos de saúde, ginásios poliesportivos e áreas comunitárias, promovendo a integração entre habitação e cidade a partir desses equipamentos sociais.

Esse período áureo da arquitetura habitacional desenvolvida pelos IAPs encerrou-se com o golpe militar de 1964, que reestruturou a atuação do Estado nas questões habitacionais e criou o Banco Nacional da Habitação (BNH). Foi nesse contexto, durante o período da ditadura militar e de um sistema habitacional voltado à produção massiva e padronizada, conhecido como “carimbos do BNH”, nas palavras de Bonduki (2014, p. 67), que se desenvolveu o Conjunto Habitacional Cafundá, cujo projeto foi definido a partir do concurso privado promovido pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro. O resultado foi um projeto desenvolvido com características da arquitetura moderna e de suas primeiras revisões críticas, estruturado a partir de uma implantação que respeitou as características do terreno e da vegetação existente, privilegiando níveis de sociabilização em seus espaços coletivos e comunitários.

Ainda que o conjunto, durante a fase de detalhamento, tenha tido parte de suas premissas suprimidas por solicitação dos promotores, além de ter passado por reformas nos anos 2000, que descaracterizaram suas fachadas, o conjunto manteve sua essência projetual concebida em concurso. Nesse sentido, procurando contribuir para a discussão dos espaços comuns em conjuntos habitacionais modernos, o projeto do Conjunto Cafundá se destaca pelo seu processo de concepção e pela valorização da sociabilidade, partindo da hipótese de que o mérito de seu projeto está relacionado à adoção de estratégias projetuais, durante a fase de concurso, que priorizaram a criação de espaços comunitários para os moradores e para a comunidade, o que o coloca em lugar de destaque em comparação às propostas desenvolvidas no mesmo período. Essas considerações iniciais justificam um estudo sobre esse projeto e sobre seu processo de concepção, tomando como método de investigação a revisão bibliográfica do projeto e do período em que foi desenvolvido.

O concurso como seleção de ideias

O concurso representa um momento privilegiado em que a arquitetura e o urbanismo se expressam com plenitude e liberdade de criação, propiciando um campo fértil para reflexão e questionamento sobre os paradigmas arquitetônicos e urbanísticos vigentes, estimulando debates que abrem novas perspectivas e promovem inovações no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo. Para Waisman (2013, p. 25), os concursos, mesmo não premiados ou construídos, assim como os projetos utópicos e croquis, são enquadrados como uma “forma especial de produção arquitetônica”, de inegável influência na história da arquitetura.

Entretanto, no campo habitacional, o concurso tem sido pouco explorado como modalidade de contratação e de desenvolvimento de projetos, e pouco reconhecido, mesmo em obras construídas, como fase de concepção projetual e como etapa de um processo mais amplo de produção da arquitetura e da cidade. Por isso, ressalta-se a importância de se resgatar projetos como o do Conjunto Habitacional Cafundá (conhecido atualmente como Conjunto Habitacional Mirante da Taquara, bairro da Taquara, região de Jacarepaguá), exemplo de concurso de ideias bem-sucedido, que se destaca entre a produção habitacional do período, notadamente por sua implantação e organização espacial, que buscaram privilegiar as relações sociais em diferentes níveis de organização, desde o espaço privado até o espaço comunitário.

Isso traz à tona a discussão de como os concursos influenciam no processo de construção do espaço habitacional e urbano. Ainda que esse concurso não tenha sido realizado de forma pública, o que ampliaria a disputa entre os participantes, o INOCOOP, enquanto órgão promotor, teve uma postura empreendedora ao adotar essa modalidade na concepção do projeto, contrariando a lógica de produção do período. Isso leva à conclusão de que o sucesso desse conjunto está, em grande parte, relacionado a sua concepção projetual elaborada durante a etapa de concurso de ideias.

A proposta selecionada pelo júri, formado por integrantes do IAB (arquitetos Walmir Lima Amaral, Júlio D. A. Pinheiro e Hélio Vianna Junior) e integrantes do INOCOOP (engenheiro Luiz Carlos Siqueira e arquiteta Cleonice Bernardes), foi idealizada pelo escritório formado pelos arquitetos Sérgio Ferraz Magalhães, Ana Luiza Petrik Magalhães, Silvia Pozzana de Barros e Clóvis Silvestre de Barros; arquiteto associado Rui Rocha Velloso; e arquitetos colaboradores, Andréa Araujo Laranjeira, Maria Cristina Souza Lobo e José Silva Ribeiro. A partir das ideias e dos estudos apresentados no concurso, a equipe detalhou o projeto entre 1978 e 1979 (Figura 1), concebendo um conjunto de pouco mais de 128 mil m² de área construída, para abrigar 1.443 unidades habitacionais (o edital previa 1.200 unidades), planejado com áreas comunitárias e equipamentos sociais, em terreno de aproximadamente 10,7 ha, localizado entre três estradas: Estrada do Cafundá, Estrada Meringuava e Estrada do Engenho Velho.



Figura 1: Conjunto Habitacional Cafundá, foto da maquete. Fonte: Núcleo, 1981.

O projeto como crítica: da cidade monofuncional à cidade alternativa

Desenvolvido no final da década de 1970, o Conjunto Habitacional Cafundá ganha importância quando contextualizado com as obras do mesmo período, financiadas pelo Banco Nacional da Habitação, órgão responsável pela política habitacional e urbana no Brasil, que vigorou entre 1964 e 1986. O BNH exerceu “papel determinante na promoção da indústria da construção civil, e, portanto, do nível de atividade e emprego no país” (Santos, 1999, p. 12), possibilitando a construção de grande quantidade de unidades habitacionais para trabalhadores de baixa renda, em função do alto volume de recursos garantidos pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Como órgão técnico e de apoio à política habitacional, o governo federal instituiu, em 1964, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)¹ e, em 1966, os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs). Estes últimos foram responsáveis por prestar orientação técnica, social e administrativa às cooperativas habitacionais, viabilizando a construção de empreendimentos financiados pelo BNH.

Durante sua existência, o BNH produziu mais de 4,3 milhões de unidades habitacionais para todas as classes, quantidade muito superior à das políticas antecessoras, que juntas desenvolveram cerca de 175 mil unidades. No entanto, a produção do BNH não se igualou à qualidade das obras do Departamento de Habitação Popular e dos Institutos de Aposentadoria, cujos projetos seguiram “conceitos teóricos e métodos construtivos associados ao movimento moderno” (Bruna, 2010, p. 10). Eram conjuntos habitacionais com uma “dimensão urbana”, mais que residências, pois, somadas aos equipamentos urbanos, “serviriam como estruturantes de uma urbanidade” (Roldan, 2023, p. 14).

Apesar da superior quantidade, poucos foram os projetos elaborados a partir de concurso público ou privado de arquitetura, o que poderia ter contribuído para a qualidade dos empreendimentos realizados pelo BNH. Em sua maioria, eram conjuntos monofuncionais, produzidos em larga escala, compostos por casas ou blocos repetidos, de padrão construtivo econômico, implantados em áreas periféricas e franjas urbanas, onde o custo da terra era mais acessível, desprovidos de serviços coletivos, equipamentos públicos e infraestrutura de saneamento e transporte, resultando em espaços urbanos precarizados, que acentuaram as condições de segregação socioespacial.

Em contraposição, houve projetos que se constituíram como soluções ou mesmo cidades alternativas, rompendo a lógica de planejamento que vigorou no BNH, como os apontados por Zein (1982), no artigo intitulado “Arquitetura brasileira atual”, em que analisou diversos programas arquitetônicos, incluindo o tema habitacional, dando destaque ao Cafundá e a outros conjuntos habitacionais que se tornaram importantes referências arquitetônicas na área da habitação social, como: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado (1967 - Guarulhos/SP), de Vilanova Artigas, Fábio Pentead e Paulo Mendes da Rocha, promovido pela Companhia Estadual de Casas para o Povo (CECAP); Conjunto Residencial Nova Cidade (1970 - Jundiaí/SP) e o Parque Habitacional CECAP Serra Negra (1975 - Serra Negra/SP), ambos de Abrahão Sanovicz; Conjunto Habitacional Padre Manuel da Nóbrega, (1974 - Campinas/SP), de Joaquim Guedes e Associados, executado pela Companhia de Habitação Popular (Cohab); Conjunto

¹ Instituído a partir do patrimônio da Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946. O SERFHAU funcionou até 1975, sendo responsável, entre outras atividades, por promover pesquisas relacionadas à habitação, prestar assistência técnica a programas de habitação de interesse social e a elaboração de planos diretores para Estados e Municípios.

Habitacional Andaraí (1977 - Rio de Janeiro/RJ), de Davino Pontual, Paulo de Souza Pires e Sérgio Porto, também desenvolvido pelo INOCOOP a partir de concurso de projeto; e o Conjunto Habitacional Califórnia (1979, Belo Horizonte/MG), de Marcus Vinicius Rios Meyer e Sidney José Portella. Além desses, merece também menção, como obra atípica do período, desenvolvida por meio de concurso, o Conjunto Ponta da Praia (1968 - Santos/SP), de Oswaldo Corrêa Gonçalves, Paulo Buccolo Ballario e José Wagner Ferreira.

Independentemente das tipologias implantadas (casas, blocos, lâminas ou a união dessas tipologias), interessa aqui destacar que, nesses projetos, houve o planejamento para a construção de espaços sociais e de convivência, com a inserção de equipamentos coletivos e comunitários, visando à promoção de benefícios sociais para os moradores e para a vizinhança. Entende-se que essas são características e requisitos basilares entre as diretrizes arquitetônicas e urbanísticas de projetos habitacionais de grande porte e que contribuem para a formação do espaço urbano.

A inclusão de equipamentos sociais coletivos integrados ao conjunto não era uma ideia totalmente nova, haja vista as experiências dos IAPs e do DHP. No entanto, durante o BNH, poucos foram os projetos concebidos com tais princípios na etapa de planejamento e de definição do programa arquitetônico, buscando ir além da simples produção de unidades habitacionais, como os produzidos pelos INOCOOPs, que, de acordo com Bonduki (2014, p. 75), eram projetos “substancialmente mais bem elaborados”. Isso indica que, dentro da mesma política do Banco, havia oportunidades para experimentação e soluções alternativas de “cidades”, que refletiram um posicionamento crítico sobre a cidade real e suas necessidades, sendo que o Conjunto Cafundá “pode ser visto como uma exceção devido a sua qualidade arquitetônica, ainda que pouco explorado no meio acadêmico” (Tonial, 2019, p. 16).

Do habitat à cidade: níveis de sociabilização na formação do espaço comum e urbano

A partir da segunda metade do século XX, os reflexos da revisão crítica sobre a cidade funcional levaram as discussões a se voltarem para o tema do espaço público e da sociabilização urbana, em contraposição à cidade abstrata e homogênea, visando, com isso, dar sentido e identidade aos espaços produzidos, a partir da leitura da realidade socioespacial ou do lugar pré-existente (Montaner, 1999, p. 82, Bastos, 2003, p. 94). Era uma época de inquietação ou de transformação, por assim dizer, de busca de novas abordagens e alternativas projetuais, como bem apontou Comas (1990, p. 93): a “insatisfação com os resultados da política de tábula rasa associada à ‘cidade funcional’ operaram conjuntamente no sentido de restabelecer o respeito pelo contexto e pela tradição como condicionantes e, até mesmo, matrizes de projeto”. Por certo, essas questões foram observadas pela equipe de Magalhães, assim como o conhecimento de projetos relevantes produzidos pelos IAPs e pelo DHP, mas, sobretudo, a crítica à produção do BNH, indicando caminhos a serem seguidos e outros evitados.

As reflexões teóricas e os posicionamentos críticos à Carta de Atenas e sua clássica separação funcional levaram a equipe a buscar alternativas projetuais para a construção de um empreendimento socialmente mais inclusivo, de modo que a habitação pudesse também contribuir para a estruturação urbana, com o objetivo de “enriquecimento das trocas sociais”. Essa foi a diretriz principal que orientou os estudos e a concepção arquitetônica e urbanística do projeto do Conjunto Habitacional Cafundá, desenvolvido durante a fase do Concurso de Ideias.

A equipe de Magalhães realizou uma análise aprofundada das hipóteses de implantação (Figura 2) para a definição do partido adotado (Figura 3), detalhando as vantagens e desvantagens de pelo menos oito estudos, nos quais foram avaliados aspectos como a integração com o bairro, a definição dos espaços comunitários e das unidades voltadas para o espaço central, a escala adequada, a organização dos blocos de forma a se abrirem para o entorno, o aproveitamento da topografia, evitando formalismo no desenho da implantação, a valorização da arborização existente e de vistas para os morros.

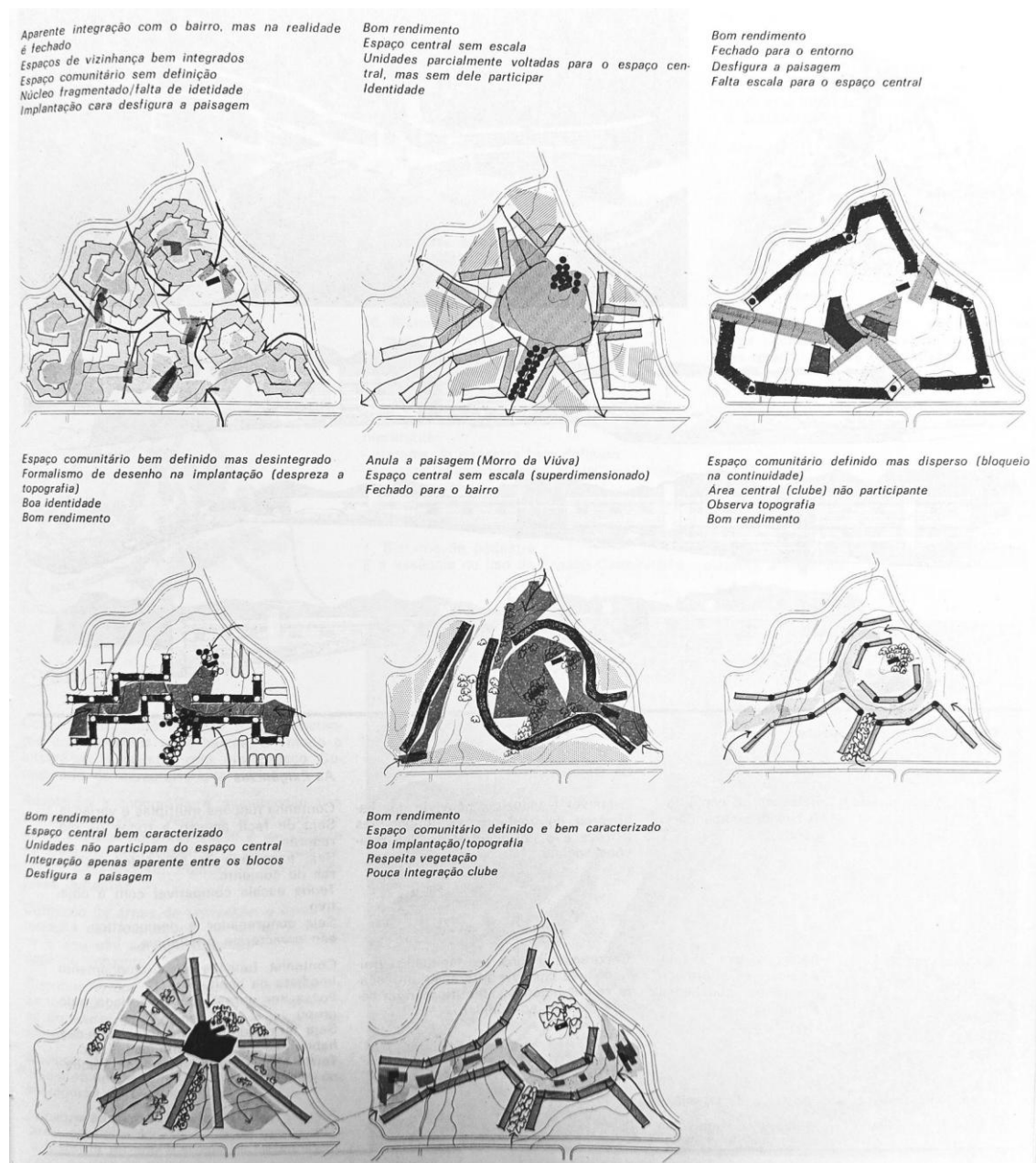


Figura 2: Hipóteses de implantação para definição do partido de projeto. Fonte: Núcleo, 1981.

É interessante notar a potencialidade do concurso no processo de obtenção dos projetos e como ele resultou em uma proposta de qualidade projetual superior se comparada à do escritório do arquiteto Luiz Paulo Conde, divulgado também pela revista Projeto (Figura 4). Ainda que o proposta tenha sido orientada por princípios projetuais semelhantes, como aproveitamento do terreno, preservação da vegetação e da clareira existente, implantação escalonada e inserção de equipamentos comunitários (Conjunto, 1981, p. 48-49), o resultado do escritório concorrente é parecido com uma das hipóteses de implantação que foi estudada e rejeitada pela equipe vencedora. Conde organizou os blocos de forma radial em torno de um “espaço central bem caracterizado”, mas propiciando uma “integração apenas aparente entre os blocos”, já que as unidades e os outros blocos não participariam do espaço central (Núcleo, 1981, p. 65).

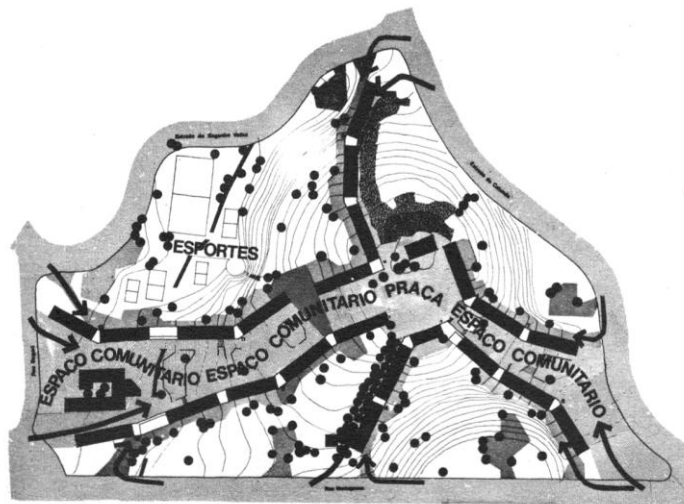


Figura 3: Partido Adotado. Fonte: Núcleo, 1981.

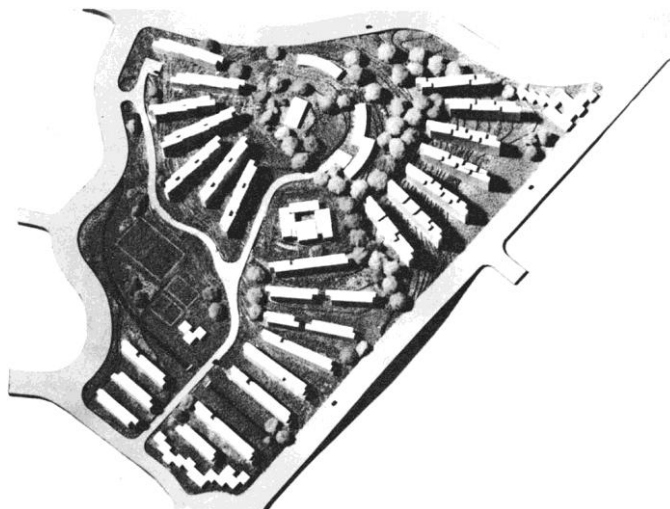


Figura 4: Proposta de implantação apresentada pela equipe de Luiz Paulo Conde. Fonte: Conjunto, 1981.

Para comportar tamanha densidade, a estratégia foi concentrar as unidades habitacionais em blocos para liberação do pavimento térreo, o que se tornou um ponto sensível do projeto, especialmente para a estruturação dos espaços comunitários. Pulverizar a área com casas isoladas, geminadas ou mesmo blocos de pequena altura, a exemplo dos modelos do BNH, tipo “H”, que ocupam grande parte do terreno, não era a solução mais adequada para este projeto, tampouco para os problemas habitacionais e para o espaço urbano, conforme justificativa do projeto vencedor (Núcleo, 1981, p. 64).

Os estudos resultaram numa proposta de implantação dimensionada para abrigar de 1.500 a 2.000 unidades, durante a fase de concurso. O detalhamento do projeto culminou em 1.443 unidades, agrupadas em blocos, os quais foram implantados de maneira a preservar os maciços arbóreos existentes e a possibilitar o aproveitamento do térreo com maior área livre, bem como a privilegiar escalas de espaços e de sociabilização, como o Espaço Individual, o Espaço Familiar, o Espaço Vicinal e o Espaço Comunitário, que deram forma e identidade ao conjunto (Figura 3). No desenvolvimento dos projetos executivos, foram consideradas as diretrizes de racionalização de métodos, processos e manutenção, redução de elementos estruturais, concentração de prumadas de instalações e atenção a parâmetros de conforto térmico (ventilação cruzada, insolação).

Como se tratava de um concurso de ideias, a proposta vencedora se caracteriza como uma “obra aberta”, sem definição das plantas e dos pavimentos dos blocos, pois importava naquele momento “uma definição a nível de conceito do espaço, definindo-se a configuração urbana através da característica desse espaço” (Núcleo, 1981, p. 69). Por isso, o projeto foi apresentado em versão esquemática, com opções de arranjos de plantas, mas sem a intenção de esgotar as possibilidades de soluções. Nas palavras da equipe:

Não nos compete fazer do Cafundá o nosso desenho-maior. O produto que se deseja contém a complexidade traçada pela vida, ao longo do tempo, ao longo das expectativas e esperanças; pelos usuários, mais que pelos desenhadores (Núcleo, 1981, p. 63).

No Conjunto Habitacional Cafundá, o Espaço Individual e o Espaço Familiar são constituídos pelas unidades habitacionais, distribuídas em blocos com alturas variadas em função dos desníveis topográficos, mas alinhados pelo topo. A partir de um desenho modular (1,10 m x 1,25 m), foram planejadas ao menos seis tipologias básicas, dimensionadas entre 44 m² e 68 m², com 1 a 3 dormitórios, possibilitando flexibilidade de plantas e variações internas, a partir das opções de módulos de sanitários e do conjunto cozinha/lavandaria, de modo a atender a variados arranjos familiares e de renda (Figura 5). Além disso, houve também a criação de espaços de múltiplos usos, para a racionalização de equipamentos repetidos.

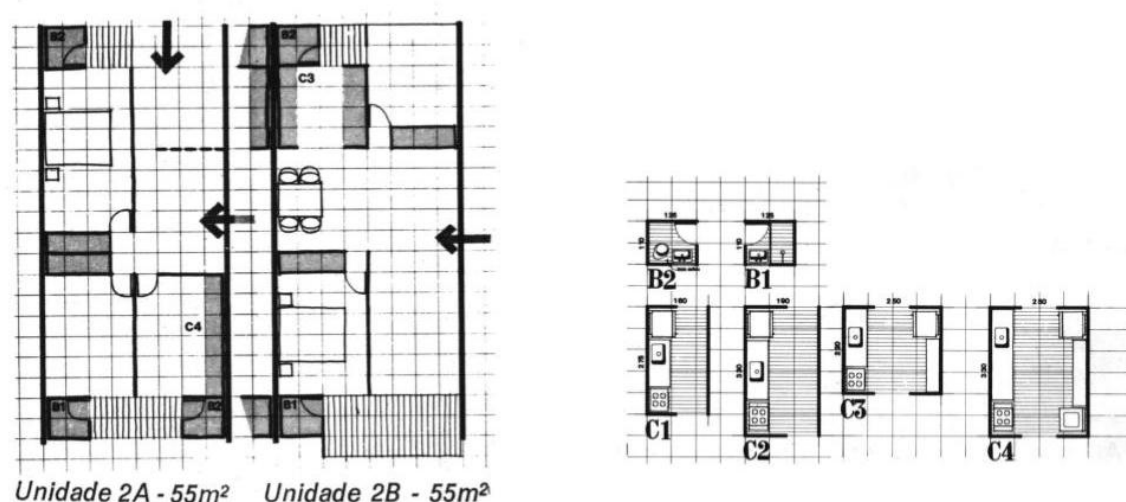


Figura 5: Proposta de unidade habitacional, módulos sanitários, cozinha e lavanderia. Fonte: Núcleo, 1981.

Na escala dos blocos, foram criados os Espaços Vicinais, que são espaços de transição ou intermediários entre o condomínio e a unidade, com pé-direito duplo, abertos e integrados às circulações comuns e às unidades habitacionais, contendo “funções do prolongamento imediato da habitação” para “interação em escala semidoméstica”, compostos por atividades comuns, como sala de jogos, churrasqueira, lavanderia e as que seriam criadas pelos moradores. O objetivo era integrar e estabelecer relações de convívio e interação entre as famílias de um grupo de unidades habitacionais (Figura 6). A criação dos espaços vicinais foi uma proposta bastante ousada em empreendimentos habitacionais, o que comprova a preocupação da equipe quanto ao planejamento e ao desenho dos espaços de convivência do conjunto.

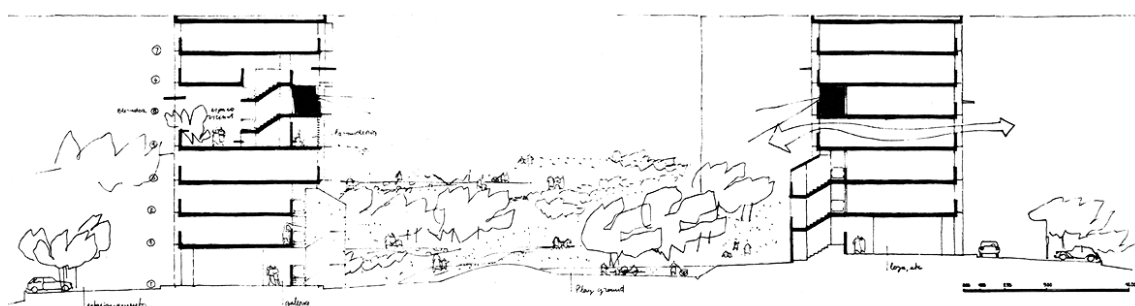


Figura 6: Corte esquemático mostrando o Espaço vicinal com pé-direito duplo. Em negrito, espaços de circulação comum. Fonte: Núcleo, 1981.

Com uma implantação pensada para os usuários e para a promoção das relações sociais, os Espaços Comunitários foram circunscritos entre as fileiras de blocos, que se estendem das partes mais baixas do terreno até a praça central, a ágora do conjunto: um espaço de reunião e integração social, acessível à comunidade do conjunto (Figura 7). Ao longo desses espaços, o percurso

permite acesso a áreas de usos comunitários como escola, creche, áreas de playground, lojas, clube, centro comunitário, posto de saúde, posto policial e restaurante, de maneira a “construir as transições e coletivizar o térreo da cidade” (Piana, 2020, p. 27).



Figura 7: Vistas das fachadas e parte do Espaço Comunitário. Fonte: Arquiteturas, 1988.

Indo além, a proposta intencionava a criação de um “Centro Social Urbano”, com prestação de serviços para a comunidade como “Centro de Aperfeiçoamento de Mão de Obra, Centro de Saúde, do [Instituto Nacional de Previdência Social] INPS, agências públicas, administração do Centro Esportivo, entre outras” (Núcleo, 1981, p. 68), que seriam estabelecidos por meio de convênio com a administração pública para maior integração do conjunto com a comunidade. O conjunto é dividido em condomínios, cada um com acesso independente e bolsão de estacionamento nas extremidades do terreno, adaptado à topografia e separado do fluxo de pedestres. A ideia era promover a integração social entre as comunidades, que se associam “através da troca de serviços, num processo de interação social”. (Núcleo, 1981, p. 64).

A ênfase nas relações sociais também se estendeu ao desenho ambiental (Figura 8), de autoria de Ione Carvalho, Orlando Mollica e R. de Souza, que buscaram “interligar o contexto do bairro com as áreas livres do conjunto, de modo a incentivar práticas de apropriação de espaços urbanos como: feira, jogos, festas, teatro, cinema, etc”. O desenho ambiental também considerou o projeto de piso e de circulação, “cujo desenho tem como objetivo permitir a maior concentração de pessoas”, além de propiciar a criação de “ambientes mínimos”: espaços de estar e de referência no conjunto (Carvalho; Mollica; Souza, 1979, p. 25).



Figura 8: Ilustrações do desenho ambiental e do Espaço Comunitário. Fonte: Carvalho, Mollica, Souza, 1979.

O projeto todo foi orientado em função dos espaços coletivos, pois é a partir deles que se intensificam as relações sociais, as trocas e as experiências, mesclando o público e o privado para criar um equipamento de caráter urbano que contribui para a formação da cidade. O projeto não negligencia a dialética urbana, mas se relaciona e se aproxima da cidade e de sua realidade, complementando-a e integrando-a com serviços e equipamentos coletivos situados próximos aos acessos e às vias que contornam o terreno (Figura 9).



Figura 9: Vista aérea do Conjunto, com destaque para o Espaço Comunitário entre a ala dos blocos e o edifício escolar, de menor altura. Fonte: Zein, 1983.

Dessa forma, fica claro que o projeto do Conjunto faz uma correlação direta com a ideia de habitação tomada como equipamento urbano, integrante da cidade, provido de espaços e equipamentos sociais coletivos, cuja ideia remete aos conceitos formulados por Carmen Portinho, diretora do Departamento de Habitação Popular, no Rio de Janeiro, de 1946 a 1960, órgão responsável pela construção do Conjunto Residencial Pedregulho, um dos conjuntos habitacionais mais emblemáticos da história da arquitetura. O projeto do Conjunto Habitacional Cafundá faz um resgate histórico e uma apropriação do conceito de que habitação é mais que o espaço privado restrito aos ambientes internos.

No programa habitacional que Carmen idealizou para o Rio de Janeiro, o ponto afirmativo era que ‘casa’ não era necessariamente ‘habitação’. Habitar englobava significados mais amplos e referia-se às condições gerais de vida dos moradores, somente realizadas plenamente com a disponibilidade dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito. Habitação era um problema social e urbano e como tal deveria ser tratado (Nascimento, 2007, p. 79-80).

Um projeto de exceção

Uma das primeiras análises do projeto foi elaborada por Nogueira (1987, p. 88), por ocasião da premiação do IAB, em 1987, que considerou o projeto como seguidor do vocabulário do movimento moderno, mas dentro de “uma linha mais evolutiva como discurso da continuidade”.

O projeto se afastou da malha ortogonal e adotou uma implantação com blocos escalonados, com leve inflexão, para melhor acomodação às condições topográficas, o que contribuiu para um desenho mais orgânico, remetendo a projetos dos arquitetos Candilis, Josic e Woods, integrantes do grupo Team X, como bem apontado em artigo da revista Projeto (30 obras, 2005, p. 62), sobre obras referenciais para a arquitetura brasileira, entre elas o Cafundá. Para Bastos,

Embora rompendo com o alinhamento convencional de ruas e quarteirões, o projeto incorporou em parte as revisões do Team X, ao procurar definir espacialmente os espaços abertos; promover a integração do conjunto com o bairro; preocupar-se, enfim, com a definição de uma estrutura urbana propiciadora de trocas sociais (Bastos, 2003, p. 109).

Do Team X, o Cafundá também encontra referência no projeto Golden Lane (1952), não construído, e no conjunto Robin Hood Gardens, concluído em 1972, ambos projetados por Alison e Peter Smithson, com o conceito de circulações aéreas, intercaladas entre os andares, assim como na noção de “cluster”, em relação ao agrupamento dos blocos habitacionais, de modo a formar espaços internos de sociabilidade: “A noção de cluster tinha como objetivo tornar compreensível a ideia de comunidade e das partes que a formam, como grupos visuais inter-relacionados, constituídos de associações de unidades” (Barone, 2000, p. 64). No Cafundá, as circulações comuns são abertas e se estendem para a conexão entre os blocos, estando dispostas intermediariamente a cada três andares (servindo um andar acima e outro abaixo), dando textura aos pavimentos, alternando-se entre cheios e vazios das fachadas (Figura 10).

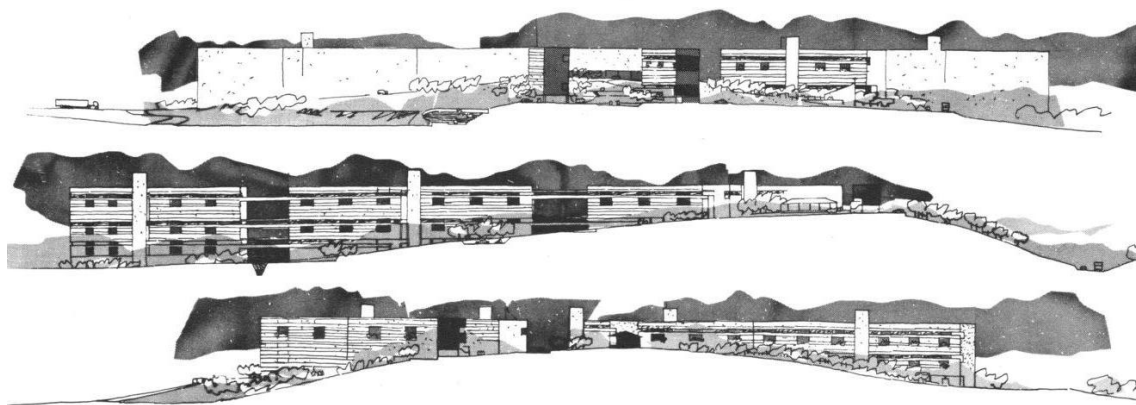


Figura 10: Elevações destacando os Espaços Vicinais e as passarelas entre os blocos. Fonte: Núcleo, 1981.

Aliás, as críticas citam como principal qualidade do projeto do Cafundá o respeito à topografia e às características do terreno. Zein (1982, p. 138) aponta que o “projeto alia um máximo de aproveitamento das condições topográficas do terreno e seu entorno, encaradas não como obstáculo, mas justamente como diretrizes do projeto”. A revista *Módulo* (Conjunto, 1987, p. 30) comenta que “a implantação é a característica fundamental do projeto, criando um Espaço Comunitário que estrutura urbanisticamente o conjunto. O projeto tirou partido da topografia e da densa arborização existente, mantendo-a”. Para Benetti (2012, p. 48-49), “o conjunto habitacional do Cafundá é um exemplo interessante porque retoma a ideia de habitação coletiva com um esforço enorme pela superação dos paradigmas modernistas, aplicando tanto as questões colocadas pelo Team X como o conceito de lugar”, o que marca uma diferença conceitual entre o “momento dos modernos” e o do projeto do Cafundá, por meio de “uma percepção diametralmente oposta em relação às preexistências, sejam elas ambientais ou urbanas”. Contudo, pode-se dizer que a proposta vencedora foi além do mérito de equalizar blocos às curvas de níveis, já que a equipe procurou, sobretudo, criar um projeto que contribuísse para a formação do espaço urbano.

À luz da crítica contemporânea, Bastos e Zein (2011, p. 223 e 237) apontam que algumas obras procuraram refletir, de certa forma, a pluralidade arquitetônica que se instaurou no período, não “em busca de um discurso” próprio, mas num esforço de trazer soluções alternativas e identidade neste cenário de transição, como o projeto do Cafundá, considerado pelas autoras como “um dos projetos mais paradigmáticos desse momento de transição da arquitetura moderna [...]. E não apenas pela excelência dos resultados, mas igualmente pelo processo projetual que ativa e que magistralmente demonstra”.

Ainda que passível de críticas no atual contexto de produção habitacional, o projeto, por sua vez, justifica-se à luz dos debates ocorridos na década de 1970, assim como à do parecer que o fundamenta, segundo o qual a integração não seria alcançada pelo mero “mimetismo” arquitetônico e urbanístico, mas pelo respeito ao entorno, pela transição entre a “velha escala e a nova escala” (Núcleo, 1981, p. 64) e pela abertura do conjunto para o bairro por meio de serviços e equipamentos sociais, a fim de unir as diferentes comunidades e de promover trocas sociais,

ênfatizando, assim, a vivência coletiva a partir de um espaço “congregador e democrático” (Núcleo, 1981, p. 66).

No detalhamento do projeto, infelizmente, por orientação do INOCOOP, a proposta do Espaço Vicinal, que serviria de escala de transição, entre o Espaço Individual/Familiar e o Comunitário, não foi implantada, assim como o prolongamento das circulações por meio de passarelas que ligariam os blocos. Por outro lado, as diretrizes de proteção solar com os cobogós foram implementadas nas fachadas pré-fabricadas, deixando o conjunto esteticamente equilibrado. Uma solução presente em vários prédios da arquitetura moderna do Rio de Janeiro, sendo a mais famosa referência o Conjunto Residencial do Parque Guinle (1954), de Lúcio Costa, do qual o Conjunto Cafundá faz uma citação direta. Para Comas (1990, p. 93), o projeto do Cafundá tem uma tipologia que vem do “filão corbusiano temperado pelo Parque Guinle e por uma pitada de Team X que não teve continuidade, mas cujas qualidades plásticas são dignas de maior atenção”.

Por mais que o projeto tenha sido orientado para demandar baixos custos de manutenção, as fachadas passaram por uma extensa reforma no início dos anos 2000, devido à deterioração dos fechamentos de cobogós e brises, que foram substituídos por “paredes de alvenaria e esquadrias de alumínio”, o que descaracterizou o desenho original das fachadas (Sanvitto e Tonial, 2019). As cores tão bem trabalhadas e que definiam os andares também não resistiram aos efeitos dessa reforma (Figura 11). As autoras reivindicam o retorno das características originais do projeto do Conjunto Cafundá, de modo a restituir “qualidades que a obra construída não revela mais. Ou seja, considerar que os valores de uma arquitetura podem ser verificados não somente na obra construída, mas também no seu projeto, caso àquela tenha sido demolida ou descaracterizada”. Ainda que tal condição não venha a acontecer, o conjunto continua a ser uma referência habitacional e urbana de grande relevância projetual, principalmente por sua essência fundamentada em escalas de sociabilidade e de relações humanas.



Figura 11: Vista do Espaço Comunitário e dos blocos, com fachadas alteradas pela reforma. Fonte: Beck, 2005.

Conclusão

O projeto foi elaborado em um momento de transição pelo qual passava a arquitetura brasileira, reverberando um estado cultural de revisão e crítica à arquitetura e ao urbanismo modernos. Uma parte do mérito do projeto do Cafundá foi devido à realização do Concurso de Ideias, fase em que as principais diretrizes do projeto foram concebidas e que representou um grande diferencial para o seu resultado. Tal etapa nem sempre é considerada ou lembrada no desenvolvimento desse projeto.

A partir do concurso, houve a oportunidade de se fazer uma reflexão sobre a produção do BNH e de incorporar ao projeto características espaciais importantes para o bem-estar social dos moradores. Isso mostra como o concurso, enquanto processo projetual, pode, de fato, trazer contribuições inovadoras para o campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo. Outra parte do mérito foi a adoção de estratégias projetuais centradas nas relações e trocas sociais em suas várias dimensões, como estruturantes do projeto, que priorizaram a criação de espaços coletivos e de equipamentos comunitários com escalas de sociabilização para os moradores e para a vizinhança, contribuindo, assim, para a integração do conjunto ao bairro.

Como solução contra-hegemônica diante das obras produzidas no mesmo período, as estratégias de processo e de projeto utilizadas em sua concepção podem inspirar caminhos alternativos ao atual cenário da produção habitacional contemporânea, no qual se observa a carência de espaços sociais e de equipamentos coletivos em muitas obras atualmente desenvolvidas, os quais são considerados vitais para a estruturação da habitação e da cidade.

Referências

30 OBRAS que são referência para a arquitetura brasileira. **Projeto Design**, São Paulo, n. 300, pp. 61. 62, fev. 2005.

ARQUITETURAS no Brasil anos 80: Região Sudeste. **Projeto**, São Paulo, 117, pp. D40-D41, dez. 1988.

BENETTI, Pablo Cesar. **Habitação social e cidade**: desafios para o ensino de projeto. Rio de Janeiro: Proub, Rio Books, 2012.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10**: arquitetura como crítica. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília**: rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2003.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil**: Arquitetura após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BECK, Luciana Mota. **Estudo de representação social face à percepção de conforto**: o Conjunto Habitacional do Cafundá. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Unifesp, Edições Sesc São Paulo, 2014. v. 1.



BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos**: habitação social no Brasil: 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, Ione; MOLLICA, Orlando de Magalhães; SOUZA, R. de. Jacarepaguá Estrada do Cafundá - Conjunto INOCOOP-Rio: desenho ambiental. **Chão**: Revista de arquitetura, Rio de Janeiro, n. 5, pp. 24-27, 1979.

CONJUNTO Habitacional Cafundá. **Projeto**, São Paulo, n. 33, pp. 48-52, set. 1981.

CONJUNTO Habitacional do Cafundá. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 93, pp. 30-31, jan./fev. 1987.

COMAS, Carlos Eduardo. Arquitetura brasileira, anos 80: um fio de esperança. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 28, pp. 90-97, fev./mar. 1990.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno**: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. 4. ed. rev. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Entre a estética e o hábito**: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

NASCIMENTO, Flávia Brito. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, pp. 69-82, mai. 2007.

NOGUEIRA, Mauro Neves. Novas gerações à procura de espaços. **Projeto**, São Paulo, n. 98, pp. 87-89, abr. 1987.

NÚCLEO habitacional do Inocoop-Cafundá. **Projeto**. São Paulo, n. 32, pp. 63-72, ago. 1981, .

PIANA, Carolina Mariani. **O espaço coletivo em projetos de habitação social**: concursos de arquitetura no Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. Unidade de vizinhança no ideário da urbanista Carmen Portinho: a dimensão urbana das ações do Departamento de Habitação Popular. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 20, 2023.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos. **Políticas federais de habitação no Brasil 1964-1998**. Brasília: IPEA, 1999.

SANVITTO, Maria Luiza Adams; TONIAL, Clarissa. Cafundá: uma oportunidade perdida. In: 13º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. out. 2019. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

TONIAL, Clarissa. **Considerações sobre o Conjunto Habitacional do Cafundá**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZEIN, Ruth Verde. As tendências e as discussões do pós-Brasília. **Projeto**, São Paulo, n. 53, pp. 75-126, jul. 1983.

ZEIN, Ruth Verde. Arquitetura brasileira atual. **Projeto**, São Paulo, n. 42, pp. 106-159, jul. 1982.

